

Justiça e Paz culpa o Governo pelas invasões

15 MAI 80

4506880

A Comissão de Justiça e Paz culpou ontem, os talaciosos projetos industriais e anunciados investimentos públicos espetaculares, a politica inadequada de reflorestamento e os fenômenos meteorológicos do ano passado, como os principais responsáveis pelas invasões que se verificam na cidade. A comissão exigiu do Estado "providências urgentes e sérias", tocante a situação dos invasores de terras na Grande Vitória, lembrando ainda, que os fatos devem ser encarados como "uma questão social decorrente das injustiças estruturais", denunciando também o arbitrio e a violência gratuita.

Nesse sentido, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, elaborou um documento que foi entregue ao governador do estado, Eurico Rezende, exigindo determinações necessárias com relação ao assunto, tendo em vista, os repetidos despejos que vem sendo realizados, pela policia, na área da Grande Vitória, mais recentemente, em Rio Marinho, à revelia do Poder Judiciário. No documento entregue ao governador, a Comissão observou que não pode efetivar despejos sem ordem judicial. "Admitir a legalidade deste procedimento é atribuir a um delegado de policia, a missão de distribuir justiça com exames sumários de documentos.

IGREJA E ESTADO

Conforme assinalou um dos membros da Comissão de Justiça e Paz, o advogado Ewerton

Montenegro Guimarães, o artigo 160 da Constituição Federal, atribui ao Estado poderes para abordar o problema da posse com objetivos predominantemente, sociais. "O êxodo rural é causa da emergência deste grave problema social. Tanto a Igreja quanto o Estado, podem desconhecer a necessidade de encontrar no instituto social da posse, a sua verdadeira função social. Segundo afirmou o advogado, a Igreja entendeu a sua tarefa e determinou-se por essa concepção humana e social da terra desde o encontro de Puebla. Já o Estado, se abstém de considerar as soluções mais adequadas, para tolerar as decisões sumárias de autoridades policiais desacompanhadas do mandado judicial indispensável.

SOLUÇÕES

A Comissão de Justiça e Paz apresenta como solução para o grave problema de invasões a áreas privadas, por migrantes que na maioria das vezes são flagelados, o fato que o Estado poderia postular junto ao Governo Federal, a indenização do proprietário atingido. "O Governo Federal raramente nega um pedido formulado pelo Governo Estadual, quando se trata do interesse público". Uma outra solução apontada, seria a transferência dos posseiros, para áreas pertencentes ao Governo Estadual ou da União. O que não podemos admitir, definitivamente, são os despejos policiais que afrontam a consciência jurídica e cristã do povo brasileiro", salientou Ewerton Guimarães.